

XXIX Encontro Anual da ANPOCS

25 a 29 de Outubro de 2005

GT27 - Violência, conflitos e práticas culturais

Juventude e Democracia em Portugal

Pedro Moura Ferreira

Instituto de ciências Sociais da Universidade de
Lisboa

Juventude e democracia em Portugal

Introdução

Esta comunicação aborda uma questão fundamental no campo das orientações políticas da juventude: a da relação entre a aceitação e o apoio que os jovens concedem ao sistema democrático e as formas de participação social e política. A importância da avaliação desta relação radica nas convicções actuais de que se assiste nas democracias ocidentais a um declínio do envolvimento público na política e a uma crise no sistema de representação democrática (Norris, 1999; Pharr e Putman 1999). A evidência empírica destas convicções nem sempre é muito clara na medida em que não existem disponíveis séries longas que permitam fundamentar e generalizar com precisão o declínio da participação cívica. No entanto, a informação mais disponível, como a relativa à participação eleitoral, mostra que a evolução não é de facto particularmente encorajadora. Na maior parte das sociedades ocidentais tem vindo a verificar-se um avanço da abstenção eleitoral (Lane e Ersson, 1999; Gray e Caul, 2000, Freire e Magalhães, 2002) e outros indicadores conhecidos por recurso a sondagens de opinião, como a adesão partidária ou a confiança nas instituições e nos líderes políticos, apontam também para uma progressiva erosão dos níveis de adesão e de apoio (Cabral, 1995; Dalton, Wattenberg e McAllister, 2003). As explicações para estes desenvolvimentos são variadas, sendo as mais comuns as que indicam a deterioração do capital social (Putnam, 2000), o enfraquecimento das redes de envolvimento cívico (Verba, Schlozman e Brady, 1995) ou o declínio da mobilização cognitiva (Huckfeldt e Sprague, 1995).

Do ponto de vista teórico, o receio de que o declínio da participação venha a minar o fundamento das sociedades ocidentais baseia-se no argumento de que sem existir um apoio político (difuso e específico) por parte da maioria dos cidadãos as democracias não poderão sobreviver (Easton, 1965). Este apoio, segundo Fuchs, pode expressar-se através de três tipos de atitudes: expressivas, morais e instrumentais (Fuchs, 1993). As primeiras correspondem a apreciações genéricas de apoio afectivo e difuso, as segundas

reportam-se aos fundamentos da legitimidade e as últimas centram-se na avaliação do desempenho com base em considerações de custo-benefício. Estas atitudes que traduzem o apoio em relação ao sistema democrático foram captadas por meio de duas questões: uma descrevendo a adesão dos indivíduos em relação aos princípios básicos ou a uma concepção ideal de democracia; a outra avaliando o grau de satisfação com o funcionamento democrático na sociedade portuguesa. Relacionando as duas questões com as diferentes atitudes do apoio político, pode entender-se a adesão à ideia democrática como uma avaliação moral do sistema político que expressa a legitimidade do regime democrático e a satisfação com o seu funcionamento como traduzindo uma avaliação do desempenho desse mesmo sistema.

A análise das atitudes dos jovens é por si só um objectivo suficientemente importante na medida em que permite equacionar aspectos do apoio e da legitimidade do regime democrático. No entanto, a vitalidade ou a qualidade da democracia são se esgota nas apreciações ou avaliações dos cidadãos. A ideia de cidadania democrática pressupõe também uma participação activa. Caso contrário, corre-se o risco de se assistir ao aumento da distância entre eleitores e governantes e ver assim criadas ou ampliadas as condições para uma crise de legitimidade ou de representação do regime democrático. É, portanto, vital que as atitudes favoráveis à democracia sejam acompanhadas por sentimentos de confiança nas instituições e por uma participação activa na esfera pública. Neste sentido, o envolvimento cívico e político dos jovens é tão importante como as atitudes que manifestam.

As relações e as articulações entre as atitudes face à democracia e o exercício da cidadania activa terão assim de constituir um segundo pólo de análise. Basicamente procurar-se-á responder à questão de saber se a adesão à democracia corresponderá a uma cidadania mais activa ou se, em alternativa, a participação não será mais condicionada pela avaliação sobre o funcionamento da democracia. Note-se que a exploração destas relações é independente das razões do suposto declínio da participação na esfera pública a que se referem os autores anteriormente referidos. A questão que nos ocupa é a de saber se convicções e as avaliações sobre a democracia se relacionam e de que forma com a participação social e política dos jovens.

Do ponto de vista metodológico e no sentido de evitar um conflito entre a avaliação do ideal democrático e a realidade da democracia, a relação entre atitudes e participação será analisada tendo por base a tipologia proposta por Gaiser (Gaiser, 2003). Esta tipologia permite combinar as duas questões que consubstanciam o apoio à democracia, ou seja, como adesão a uma concepção ideal de organização social e como julgamento ou satisfação em relação ao seu funcionamento concreto. A sua construção assenta numa versão dicotómica dessas questões, pelo que existem quatro posicionamentos possíveis:

a) *Democratas satisfeitos*. Este grupo corresponde à combinação entre a crença no ideal democrático e a avaliação positiva em relação ao funcionamento da democracia.

b) *Democratas insatisfeitos*. Partilham com o grupo anterior da mesma crença, mas confessam-se insatisfeitos com a democracia. Um dos interesses deste grupo consiste em ver se a insatisfação se traduz em desilusão e na retracção individualistas, ou se, pelo contrário, corresponde à procura activa de alternativas ao funcionamento democrático actual. Por isso, este grupo poderia designar-se por democratas críticos (Klingemann, 1999).

c) *Desafectos satisfeitos*. A falta de convicção democrática poderia reflectir uma hostilidade antidemocrática, mas, como veremos posteriormente, traduz mais significativamente uma atitude de indiferença perante a cidadania política que tem vindo a ser designada por *desafeição* (Montero, Gunther e Torcal, 1998). Parece por isso mais adequado designar os jovens que não expressam uma adesão democrática por *desafectos* em vez de designá-los por *antidemocratas*. Além disso, seria um pouco incongruente, a menos que fosse meramente residual, encontrar uma associação positiva entre convicções antidemocráticas e satisfação com o funcionamento da democracia.

d) *Desafectos insatisfeitos*. Este grupo alia a ausência de convicções democráticas à visão negativa sobre o funcionamento democrático. A posição deste grupo pode traduzir quer uma preferência por sistemas autoritários quer uma frustração ou insatisfação em relação à cidadania democrática.

Será, portanto, a partir destes grupos que se abordará as relações entre as atitudes face à democracia e as formas de participação juvenil.

Em resumo, o itinerário desta comunicação começará por analisar o apoio que os jovens concedem nos dias de hoje à democracia através de duas questões que avaliam a adesão no plano dos princípios ou das concepções ideais e a satisfação em relação à forma como a democracia está implementada e funciona na sociedade portuguesa. Da combinação destas duas dimensões avaliativas resultará uma tipologia de quatro posicionamentos distintos face à democracia. O passo seguinte irá quantificar a importância destes quatro grupos e traçar o perfil sociográfico de cada um deles, a que se seguirá a análise das relações que estabelecem com as formas de participação social e política.

A base empírica dos resultados que serão apresentados radica num inquérito representativo à população juvenil portuguesa, definida em termos etários no intervalo entre 15 e 30 anos, sobre a cidadania política dos jovens, realizado no segundo semestre de 2004.

As atitudes dos jovens portugueses face à democracia

As atitudes em relação à democracia (ou seja, o apoio ao ideal e ao funcionamento democráticos) baseiam-se como foi referido em duas questões cuja formulação foi feita nos termos seguintes: a) «Muitas pessoas pensam que a democracia é a melhor forma de governo. Concorda completamente, concorda, não concorda nem discorda, discorda ou discorda completamente com esta opinião?»; e b) «De uma forma geral, encontra-se muito satisfeito, mais ou menos satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com a forma como a democracia funciona em Portugal?».

Segundo os resultados do inquérito (Gráficos nºs 1 e 2), a pergunta que refere a adesão ao ideal democrático reúne um apoio bastante generalizado (o somatório das duas respostas mais favoráveis corresponde a 70,4%), enquanto a pergunta sobre a satisfação suscita um nível de entusiasmo significativamente mais baixo (44,4%, considerando também as duas respostas que exprimem mais satisfação). A diferença entre os dois indicadores pode explicar-se pelo facto de a adesão ao ideal democrático ser relativamente imune às flutuações da conjuntura económica e política que afectam

significativamente a avaliação do desempenho concreto da democracia. Factores como escândalos governamentais ou a incapacidade dos agentes políticos em promover o crescimento económico e o emprego têm sido apontados como podendo afectar a satisfação das pessoas, mas que não afectam necessariamente a crença na democracia.

Gráfico nº 1

A democracia é a melhor forma de governo

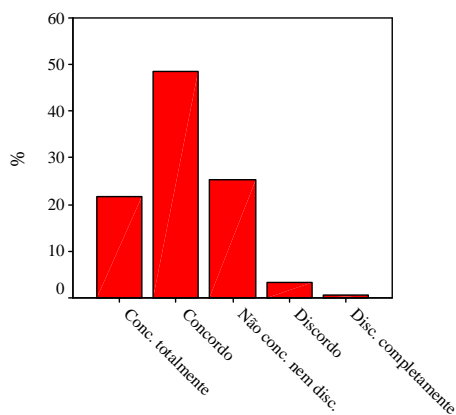
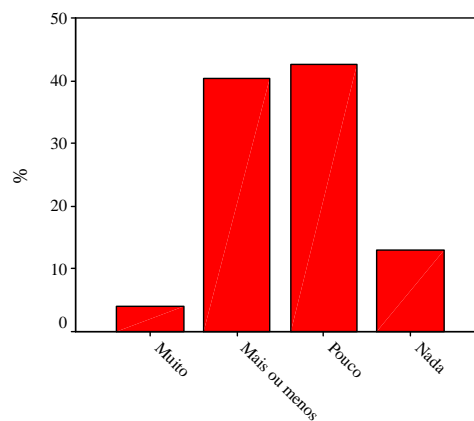


Gráfico nº 2

Satisfação com a democracia



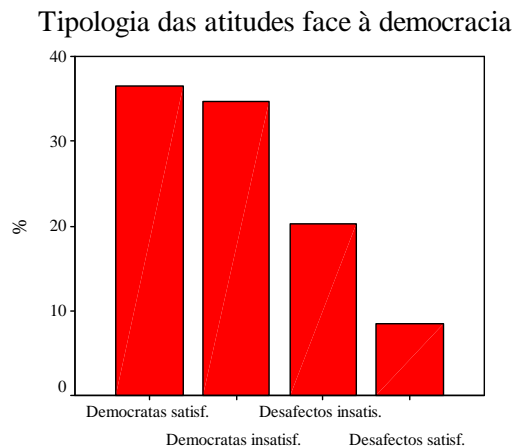
Com efeito, a adesão à ideia democrática é, como vimos, elevada, mas mesmo entre os que não se manifestam a favor dela, a oposição assumida é baixa. Apenas 4,2% dos inquiridos discordam ou discordam muito da ideia de que a democracia representa a melhor forma de governo. Os que não a apoiam expressamente refugiam-se na posição neutra de quem não concorda mas também não discorda. Esta posição não traduz necessariamente uma preferência por sistemas não democráticos, devendo ser mais adequadamente interpretada como a manifestação de uma atitude de indiferença ou passividade em relação à cidadania política, mas que não exclui a possibilidade de em determinadas conjunturas, de que não faltam exemplos históricos recentes, se tornar um campo fértil para a eclosão de iniciativas e movimentos antidemocráticos, como a xenofobia ou o racismo. Apesar deste risco, o apoio à democracia parece estar bem enraizado na juventude portuguesa e não surge ameaçado pela insatisfação que a maior parte dos jovens experimentam em relação ao seu real funcionamento.

Se a crença democrática não surge directamente ameaçada, a avaliação pouco ou nada positiva que a maioria dos jovens faz do funcionamento do sistema democrático não deixa de ser preocupante e poderá estar relacionada com o pretense declínio da participação cívica e política. Mas, como referimos, está fora do âmbito desta comunicação analisar as causas da fraca participação que se observa nas sociedades democráticas, pelo que o nosso interesse incidirá na relação entre os níveis de satisfação com a democracia e a participação. Até que ponto a insatisfação acentua a tendência para a não participação? Os jovens insatisfeitos terão mais tendência para se alhearem dos deveres cívicos e políticos? E qual o papel das convicções democráticas no exercício da cidadania? Os jovens que aderem mais intensamente ao ideal democrático mostrar-se-ão civicamente mais empenhados, qualquer que seja o seu nível de satisfação?

As democracias para sobreviverem precisam de mobilizar os seus cidadãos, especialmente os grupos mais propensos a apoiar ou até a protagonizar a regeneração das instituições democráticas. A identificação desses grupos será realizada a partir da tipologia que resulta do cruzamento das duas atitudes face à democracia. Tendo em consideração que os jovens que apoiam a concepção ideal de democracia suplantam em grande número os que não a aprovam, não restam dúvidas de que os democratas estarão mais representados, desconhecendo-se apenas a repartição entre satisfeitos e insatisfeitos. A distribuição dos dados (Gráfico nº 3) mostra que a distância entre eles é bastante pequena, cabendo, no entanto, a supremacia aos democratas satisfeitos (36,5%, contra 34,7%). Do lado dos jovens que não alimentam ou pelo menos não expressam convicções democráticas, a distribuição entre os dois grupos é muito mais desequilibrada, inclinando-se a balança a favor da insatisfação. O grupo dos desafectos insatisfeitos representa um quinto da população, e apenas menos de um em cada dez jovens se assume como desafecto satisfeito (8,4%). A insatisfação é muito mais evidente entre os jovens que não partilham concepções democráticas do que nos jovens democratas. A razão de ser é facilmente explicável: quem não é democrata tem menos razões para estar satisfeito com o seu funcionamento. Mas, como anteriormente se referiu, a não adesão à democracia pode traduzir um sentimento de indiferença face à cidadania política, pelo que não é

incompatível recensear, ainda que minoritariamente, um conjunto de jovens sem convicções democráticas a manifestar satisfação com o seu modo de funcionamento.

Gráfico nº 3



Um dos interesses da tipologia é o de chamar a atenção para a forma como o grupo dos democratas insatisfeitos lida com o conflito ou a tensão inerentes às suas atitudes em relação à democracia. Se no caso dos desafectos insatisfeitos existe apenas uma atitude negativa e contrária à democracia, a insatisfação no caso dos democratas pode reverter-se em mobilização a favor do melhoramento dos mecanismos de funcionamento da democracia representativa (Klingemman, 1999). A verificar-se, a insatisfação seria assim sinónimo de uma posição crítica visando a transformação das instituições democráticas. Obviamente que a possibilidade de o germe de mudança social estar mais presente nos democratas insatisfeitos é uma hipótese que necessita de ser explorada pela observação dos níveis de participação, especialmente no que diz respeito às formas alternativas ou não convencionais do envolvimento político.

A estas questões se voltará numa fase posterior de análise, tratando-se agora de descrever os atributos e perfis sociográficos dos quatro grupos, de forma a identificar o impacto que as localizações e pertenças sociais exercem na sua diferenciação. Adicionalmente, são também analisadas três variáveis que podem corroborar e aprofundar as atitudes face à democracia,

designadamente o nível de pessimismo em relação ao país, a desafecção partidária e a concepção mais liberal ou igualitária sobre a vida social.

Os perfis sociais das atitudes em relação à democracia

Numerosos estudos têm mostrado a existência de efeitos bastante significativos de determinadas variáveis sociográficas, designadamente o nível de instrução, no grau de interesse que os jovens manifestam em relação à mobilização política (por exemplo, Cabral, 2004). No que respeita às atitudes face à democracia essas relações estão muito menos exploradas, não se podendo presumir à partida a presença de condicionalismos importantes. Quanto muito, no que respeita à satisfação com a democracia e tendo em consideração a sua extrema sensibilidade às condições materiais, pode presumir-se que os sectores socialmente menos inseridos e economicamente mais débeis sejam mais propensos a experimentarem níveis de insatisfação mais elevados relativamente ao modo como a democracia funciona. Mas, no que toca às crenças democráticas, as suposições são mais difíceis de aventar, sendo, no entanto, possível admitir que as variáveis correlacionadas com a mobilização e a acção políticas, como a idade ou o nível de instrução, possam condicionar significativamente a adesão aos ideais da democracia. A descrição dos perfis dos quatro grupos permitirá a verificação das presunções agora avançadas (Quadro nº 1).

Começando por referir o grupo mais importante — o dos democratas satisfeitos — verifica-se que possui uma composição masculina ligeiramente mais forte, uma presença mais significativa dos escalões etários mais novos, que o torna o segundo grupo mais jovem, ainda que bastante distanciado do grupo mais juvenil dos desafectos satisfeitos, uma representação mais forte de estudantes, a que se associam níveis de instrução mais elevados, especialmente do ensino superior, e uma pertença preferencial aos sectores burgueses em detrimento dos sectores assalariados. Os democratas satisfeitos mostram-se ainda menos atingidos pela desafecção partidária, menos

pessimistas em relação ao futuro do país e não se distinguem dos outros jovens em termos da preferência pela liberdade em contraposição à igualdade¹.

Uma suposição que pode ser feita em relação aos democratas insatisfeitos é que pontuem mais alto do que os democratas satisfeitos no indicador de pessimismo. Com efeito, juntamente com os desafectos insatisfeitos que têm uma posição ainda mais negativa, apresentam uma postura preocupada e pessimista face ao futuro do país. A insatisfação está sem dúvida ligada às condições materiais e aos sentimentos de privação que afectam mais expressivamente determinados sectores juvenis. E é possivelmente a presença desses sectores que contribui para traçar um perfil com características algo distintas das do grupo anterior. Os democratas insatisfeitos, do ponto de vista do género, exibem mais equilíbrio, ainda que ligeiramente favorável às mulheres, revelam-se como o grupo etariamente mais velho, pelo que é natural observar uma vantagem da condição trabalhadora sobre a estudantil, mas em termos de pertenças sociais e de níveis de instrução não se mostram distintos do resto da população. Constituem ainda o grupo que regista a posição mais favorável à concepção da liberdade e o que manifesta mais preferências ou simpatias partidárias. Estes dois últimos indicadores convergem no sentido do reforço das convicções democráticas, que coexistem com níveis de insatisfação elevados em relação à forma como a democracia funciona. É preciso, no entanto, notar que, à luz dos elementos analisados, as convicções não são abaladas pelas críticas que se dirigem ao funcionamento concreto das democracias, ainda que estas sejam seguramente afectadas pelas situações materiais de existência e pelos sentimentos de insegurança e de privação que delas derivam.

Continuando a analisar os jovens que expressam insatisfação em relação ao funcionamento da democracia deparamo-nos com um segundo grupo que, contrariamente aos dois anteriores, não manifesta convicções democráticas. Conforme já referimos, esta falta de convicções mais do que traduzir uma aversão à democracia e uma preferência por soluções autoritárias revela uma atitude de indiferença em relação à cidadania e à organização

¹ As relações entre as variáveis foram medidas através do V de Cramer. Esta medida de associação baseia-se na estatística de qui-quadrado e varia entre 0 (ausência de associação) e 1 (associação perfeita).

políticas. Mesmo admitindo como certa esta interpretação, não deixa de constituir um motivo de preocupação o facto de um em cada cinco jovens manifestar uma posição negativa e indiferente, e, em alguns deles, possivelmente adversa, perante o regime democrático. Nuns casos porque esses jovens poderão vir a ser mobilizados por iniciativas e movimentos não democráticos; noutros porque os níveis elevados de desmobilização e de desmotivação em relação ao exercício dos direitos cívicos e políticos contribuem para minar os fundamentos de uma democracia saudável. Torna-se por isso importante identificar as variáveis que condicionam a atitude mais negativa e contrária à cidadania democrática.

Quadro nº 1

Atributos e perfis das atitudes perante a democracia

	Democratas satisfeitos	Democratas insatisfeitos	Desafectos insatisfeitos	Desafectos satisfeitos	Total
Total	36,5	34,7	20,3	8,5	100
Masculino	55,1	48,8	55,3	29,1	50,7
Feminino (V=0,144; p=0,000)	44,9	51,2	44,7	70,9	49,3
15-19	29,1	22,2	23,7	50,0	27,4
20-24	35,6	35,5	37,9	24,4	35,1
25-29 (V=0,121; p=0,000)	35,3	42,3	38,4	25,6	37,6
Estudantes	40,1	33,0	26,	53,8	36,0
Trabalhadores	51,9	55,6	58,9	34,6	53,2
Desempregados	5,9	8,6	12,1	6,4	8,2
Outra (V=0,102; p=0,001)	2,1	2,8	2,6	5,1	2,7
Ensino básico	37,7	45,3	57,9	53,8	45,8
Ensino médio	41,5	37,6	30,0	33,3	37,1
Ensino superior (V=0,111; p=0,001)	20,8	17,1	12,1	12,8	17,0
Burguesia	12,1	10,2	5,9	9,2	9,9
Nova burguesia assalariada	13,9	14,6	7,0	21,1	13,4
Pequena burguesia tradicional	3,9	4,1	2,2	3,9	3,6
Salariato não-manual	39,3	39,5	39,5	47,4	40,1
Trabalhadores independentes	4,2	2,2	7,6	,0	3,9
Salariato manual (V=0,116; p=0,001)	26,6	29,3	37,8	18,4	29,1
A favor da liberdade	41,2	45,7	33,0	40,3	41,1
A favor da igualdade (V=0,; p=0,000)	58,8	54,3	67,0	59,7	58,9
Muito/algum interesse político	41,3	32,1	22,1	32,9	33,5
Pouco/nenhum interesse político (V=0,115; p=0,000)	58,6	67,9	77,9	67,1	66,5

Optimismo em relação ao futuro	27,8	22,8	19,8	38,2	25,3
Preocupação em rel. ao futuro (V=0,114; p=0,008)	72,2	77,2	80,2	61,8	74,7
Sem simpatia partidária (V=0,141; p=0,000)	41,2	36,1	50,0	64,1	43,1

A descrição do grupo dos desafectos insatisfeitos evidencia de novo uma supremacia masculina, uma acentuada presença dos escalões mais velhos, que anuncia uma forte representação da condição trabalhadora que, neste grupo, ultrapassa a do anterior, sendo, portanto, a mais elevada, e que se faz igualmente acompanhar pelos valores mais altos de desemprego. Não restam dúvidas de que os desafectos insatisfeitos têm fraca afinidade com o universo estudantil e pertencem significativamente ao mundo dos assalariados manuais. Do ponto de vista da instrução, constituem o grupo menos instruído, com uma presença maioritária no escalão do ensino básico. Tendem também a manifestar a atitude mais negativa em relação ao futuro do país, a expressar a disposição mais favorável à concepção da igualdade em detrimento da liberdade e a revelar a segunda maior distância no que respeita à simpatia partidária. As características que surgem associadas ao perfil sociográfico sugerem que a localização social dos desafectos insatisfeitos radica nos sectores menos qualificados das classes trabalhadoras, como indiciam os níveis de instrução, e mais atingidos pelas condições de precariedade económica, de que os valores do desemprego dão prova. Se a apreciação negativa da democracia pode ser facilmente imputável às condições materiais, como observámos também no grupo dos democratas insatisfeitos, a falta de adesão ou a atitude de indiferença e, eventualmente, adversa às convicções democráticas deve ser imputada à escolaridade. Como verificaremos também no último grupo, os jovens que manifestam uma atitude de desafecção estão, comparativamente aos jovens democratas, bastante mais representados no escalão mais baixo de instrução, sugerindo que a educação exerce uma influência importante no desenvolvimento dos ideais e das concepções da democracia.

O último dos quatro grupos da tipologia das atitudes ilustra uma lógica minoritária em que a satisfação com as condições de funcionamento da

sociedade coexiste com manifestações de indiferença e, em alguns casos, de aversão às convicções democráticas. Quase que se poderia dizer que a crítica está ausente na medida em que a democracia não representa um valor com significado. Não se verifica neste grupo, contrariamente ao anterior, qualquer mistura entre o mal-estar social e a posição não democrática. Que atributos sociais poderão então estar na base das tendências que os desafectos satisfeitos revelam? Como se sugeriu no comentário ao grupo precedente, a relação positiva que se verificou existir entre a educação e as crenças na democracia deverá também observar-se nos jovens desafectos satisfeitos. De facto, assim é. A representação maioritária no escalão menos elevado de instrução e a presença proporcionalmente mais baixa nos outros dois escalões sustentam a influência positiva da educação no desenvolvimento dos valores democráticos. E uma prova adicional desta influência reside no facto de a instrução, mais precisamente a baixa escolaridade, ser a única variável comum aos dois grupos de jovens desafectos que divergem no que respeita às outras variáveis, exceptuando a desafecção partidária pela razão adiante indicada. Assim, verificamos que os jovens desafectos satisfeitos têm um claro predomínio feminino e são significativamente mais novos que qualquer dos outros três grupos. Por esta razão, não é de estranhar que estejam fortemente representados no meio estudantil e, curiosamente, na categoria ocupacional *outra*, que inclui sobretudo as actividades domésticas, também elas relacionadas com a composição feminina do grupo. Do ponto de vista da localização social estão mais inseridos em certos sectores das «classes médias». Não revelam preferência especial entre a concepção de liberdade e a da igualdade, mas de todos os grupos é o que se mostra mais optimista face ao futuro e o mais adverso a simpatias partidárias, atitude que partilha com os jovens desafectos insatisfeitos. Mas, enquanto nestes últimos a aversão partidária pode ainda ser interpretada como integrando a insatisfação que experimentam relativamente ao funcionamento na sociedade, nos jovens desafectos satisfeitos é mais um sintoma do desinteresse que a cidadania política neles suscita.

A participação social e política

O objectivo principal da construção de uma tipologia das atitudes face à democracia consistiu na identificação e na quantificação dos sectores mais susceptíveis de a apoiarem e de contribuírem, eventualmente, para a sua regeneração e dinamização, e os que poderão vir a oferecer mais resistência. No entanto, as contribuições que cada grupo de jovens poderá ou não vir a dar não podem apenas ser vistas sob a perspectiva das atitudes. As democracias pressupõem o exercício de uma cidadania activa pelo que a participação social e política é uma dimensão essencial ao desenvolvimento e aprofundamento democráticos (Almond e Verba, 1963). Quando se fez referência à tese do actual declínio da participação chamou-se a atenção para a multiplicidade de factores e de teorias que influenciam os níveis de acção e de mobilização. O nosso objectivo não é entrar por este campo, mas somente procurar explorar as relações entre os quatro grupos que integram a tipologia das atitudes e a participação dos jovens. Esta incursão pelas formas de acção e de mobilização pode ser entendida como um aprofundamento do comportamento dos jovens em relação à democracia. Dependendo a participação de múltiplas causas, as relações entre esta e as atitudes dificilmente serão lineares, tendo em conta o par de oposições em que assentam: por um lado, entre posições favoráveis e desfavoráveis (quer sejam de indiferença ou de hostilidade), e, por outro, entre sentimentos de satisfação e de insatisfação em relação ao funcionamento da sociedade. Mas são precisamente essas relações que serão escrutinadas depois da caracterização e da descrição dos indicadores da participação política e social.

O conceito de participação é, no âmbito desta análise, tomado numa acepção ampla. Por um lado, integra a esfera política, incluindo nela os actos e actividades que decorrem do funcionamento institucional, em que o exercício eleitoral se apresenta como o mais emblemático, e os que resultam do exercício dos direitos políticos, como as manifestações ou outros actos de contestação. Por outro, contempla a esfera social, tomando neste âmbito em consideração as inúmeras formas de acção cívica que se manifestam em diversos sectores da sociedade, como no associativismo ou no voluntariado. Partindo desta acepção lata, a participação política e social dos jovens portugueses será caracterizada com base em cinco indicadores, três dos quais relativos à esfera política e os outros dois à esfera social.

Começando por referir os indicadores políticos, dois deles dizem respeito ao comportamento eleitoral e o terceiro contempla o envolvimento em acções ou actividades que decorrem do exercício dos direitos políticos. Os indicadores eleitorais resultam de duas simples perguntas: uma inquirindo a participação nas últimas eleições legislativas realizadas em 2002 e a outra indagando a intenção de participar ou não nas próximas eleições legislativas. Ambos os indicadores registam elevadas percentagens de respostas favoráveis. Ao acto eleitoral terão concorrido cerca de 60% de jovens², um número que apesar de estar abaixo da média da população não deixa de ser significativo considerando a tendência mais acentuada dos jovens para a abstenção. E, em termos de intenção, ou seja considerando os que estão certos ou quase certos de que irão votar, a participação atinge 70% dos jovens.

O terceiro indicador político assenta num conjunto amplo de actividades que ultrapassam o âmbito convencional da acção política, como assinar uma petição, participar em acções de protesto ou fazer um donativo. Em relação a cada uma das actividades, procurou-se saber se foi ou não realizada nos últimos doze meses ou nos anos anteriores, constituindo a agregação das acções realizadas uma medição do nível de envolvimento político não institucional dos jovens portugueses (Quadro nº 2).

Quadro nº 2

A participação política não institucional

	Fez no último ano	Fez antes	Total
Assinar uma petição ou um abaixo-assinado	10,3	22,1	30,4
Boicotar ou comprar por razões políticas, éticas ou ambientais	7,2	13,4	20,6
Participar em manifestações ou acções de protesto	5,4	19,8	25,2
Ir a um comício político	2,3	12,3	24,6
Participar em greves	6,7	21,8	28,5
Contactar ou tentar contactar um político	2,9	4,4	7,3
Dar dinheiro ou recolher fundos para uma actividade social	14,4	26,6	41
Contactar comunicação social para expressar opiniões	1,4	3,8	5,2
Participar num fórum político	2,1	4,6	6,7
Divulgar propaganda partidária	2,3	6,5	8,8

² À pergunta apenas responderam os jovens que na altura do acto eleitoral tinham a idade legal (18 anos) para poderem votar ($n=589$).

As respostas às acções realizadas no decurso dos últimos doze meses revelam que a acção mais popular consiste em contribuir com donativos ou em participar em acções que visam obtê-los. Perto de 15% dos jovens assumem tê-lo feito no último ano, percentagem que aumenta para 40% se considerarmos o conjunto daqueles que alguma vez o fizeram. A segunda actividade mais concorrida consiste em assinar uma petição ou um abaixo-assinado, tendo mobilizado um em cada dez jovens no último ano. Alargando-se o horizonte temporal, o nível de participação triplica.

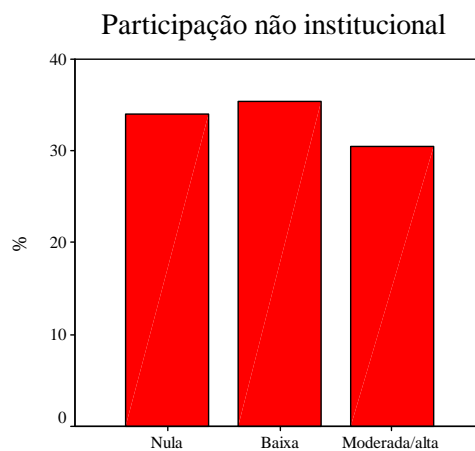
As restantes actividades revelam uma capacidade actual de mobilização abaixo de 10%. No entanto, se agregarmos a participação actual e a passada, algumas delas, atingem valores bastante expressivos. A que surge na primeira posição é a adesão à greve: três em cada dez jovens já recorreram a este meio de luta, um terço dos quais no decurso do último ano (6,7%). Visando influenciar o curso dos acontecimentos políticos, a participação em manifestações e em acções de protesto atraem ou atraíram um quarto do nosso universo. Numa posição um pouco mais atrás, em termos de capacidade de mobilização, atingindo um quinto dos jovens, surge a prática de boicote ou de compra de produtos de consumo por razões de natureza política, ética ou ambiental. Curiosamente, é, neste conjunto de actividades que estamos a comentar, a que atinge o valor mais elevado no último ano (7,2%), reflectindo muito provavelmente o carácter mais recente desta forma de contestação, mas também o eco que encontra junto dos sectores juvenis. Por último, na lista das actividades que ultrapassa a fasquia de 10% aparece a ida a um comício político. Não chegam a 15% os jovens que declaram já ter participado nesta acção política, e o número dos que o fizeram no último ano é irrisório (2,3%), tanto mais quando nesse ano se verificou um processo eleitoral. Este dado converge no sentido da argumentação de que se assiste hoje em dia a um declínio da participação dos cidadãos que se reflecte também na capacidade de mobilização dos protagonistas políticos.

O grupo das actividades menos participadas integra as acções que exigem mais iniciativa e empenhamento activo, como divulgar propaganda partidária (8,8%), contactar um político para expressar uma opinião (7,3%) e manifestar opiniões de forma pública, seja através da Internet ou de grupos de discussão política (6,7%) ou ainda através da comunicação social (5,2%). Se o

número de jovens alguma vez envolvidos nestas actividades é bastante pequeno, em termos de prática actual, ou seja, no decurso dos últimos doze meses, desce a valores quase residuais: são menos de três em cada cem os jovens que as referem. Atendendo à natureza activa e empenhada das actividades em causa, a sua reduzida expressão reflecte assim o efeito refractário que parece afectar presentemente a esfera política da sociedade.

A medida do envolvimento em acções não institucionais que decorrem do exercício da cidadania política assenta, como se referiu, na agregação das acções e actividades referidas pelos inquiridos. Essa agregação deu origem a três níveis de participação em função da frequência das actividades (Gráfico nº 4). A participação nula, ou seja, a ausência de qualquer envolvimento nas acções atinge um terço dos jovens (34,1%), a participação baixa que contempla a referência a uma ou duas acções é ligeiramente superior (35,4%), situando-se a participação moderada ou alta, com três ou mais acções assinaladas, um pouco abaixo das outras duas (30,5%). Ainda que o inquérito não contemplasse o número de vezes que uma mesma acção foi realizada, subestimando um pouco o volume de participação, sobretudo dos jovens mais activos, não deixa de ser muito significativo verificar que uma parte importante dos jovens faz um uso muito limitado e, em muitos casos, nulo do exercício dos direitos de participação que decorrem da cidadania política.

Gráfico nº 4



Contemplada a descrição dos indicadores relativos à participação política, podemos passar a considerar a participação social que foi medida através de dois indicadores, um recenseando a pertença associativa e o outro o envolvimento em acções de voluntariado. A selecção destes indicadores é bastante recorrente na medida em que reflectem as «virtudes cívicas» dos cidadãos e o envolvimento na comunidade. O interesse pela «coisa» pública e a acção comunitária são expressões de uma participação necessária à afirmação e consolidação da cidadania democrática.

A participação dos jovens captada no inquérito revela que a pertença associativa não se afigura particularmente elevada: apenas um em cada quatro jovens admite ter pelo menos uma filiação associativa (26,7%). Esta taxa de adesão encontra-se, contudo, muito pulverizada. A principal concentração surge no sector desportivo, afectando um pouco mais de um em cada dez jovens. Nenhum outro sector da vida associativa suscita uma vitalidade semelhante. As actividades que mais se aproximam não chegam a mobilizar 5% dos jovens, ou seja, menos de metade da adesão desportiva. Nesta posição figuram as associações de estudantes (4,9%), as culturais ou artísticas (4,8%) e as de natureza religiosa ou paroquial (4,2%). Um pouco mais distanciadas, aparecem as associações de juventude (2,8%) e as de natureza política, designadamente partidária (2,3%). Com valores quase residuais (abaixo de 2%), surgem por fim um leque vasto de associações cuja acção contempla diversos campos sociais (comunitário, profissional, ambiental, sindical ou de defesa de direitos).

À semelhança da participação política não institucional, o envolvimento associativo é medido através de um indicador compósito resultante do número de associações a que cada jovem está associado (Gráfico nº 5). Também neste caso foram considerados três níveis: a desvinculação associativa, a pertença a uma só associação e a múltipla pertença a duas ou mais associações. Como já se referiu, o associativismo, ou mais precisamente a pertença associativa, atrai um número relativamente restrito de jovens. A maior parte deles (73,3%) não tem qualquer vinculação associativa. Pertencendo a uma organização encontram-se quase um em cada cinco jovens (18,7%). E os envoltimentos associativos múltiplos dizem respeito a uma minoria (8%). Vista pelo indicador da pertença associativa, a participação social dos jovens

portugueses é certamente limitada e situa-se aquém dos valores registados na esfera política. Será esta tendência confirmada pelas acções de voluntariado?

Ainda que muitas das actividades que se desenvolvem no âmbito associativo possam ser integradas numa definição ampla de voluntariado, a definição adoptada assenta num critério mais restritivo que a circunscreve à «realização de um trabalho de ajuda aos outros sem receber qualquer pagamento monetário» (Wilson, 2000). Esta definição pressupõe, por conseguinte, que um trabalho é considerado voluntário na condição de reunir uma dupla condição: por um lado, a não existência de uma remuneração como contrapartida do trabalho realizado e, por outro, a referência à intenção ou ao desejo de ajudar os outros. Esta restrição não impede, evidentemente, a existência de uma sobreposição necessária entre trabalho voluntário e determinadas actividades desenvolvidas em algumas associações, mas impede claramente que qualquer tipo de prática associativa se inscreva automaticamente no âmbito do voluntariado.

Gráfico ° 5

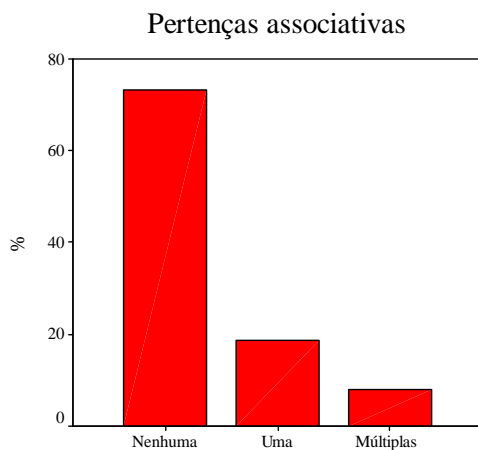


Gráfico nº 6



A aceitação da definição proposta parece ter sido seguida pelos inquiridos na medida em que, como seria de esperar, as respostas quer relativas ao número de voluntários quer em relação às associações onde desenvolvem as actividades, são significativamente em menor número do que

as verificadas a propósito das pertenças e práticas associativas. Assim, não é de estranhar que o inquérito tenha avaliado em 14% o número de jovens envolvidos nos últimos três anos em acções e actividades voluntárias. À luz deste resultado, que aponta no mesmo sentido da pertença associativa, a participação cívica dos jovens portugueses está longe de constituir uma prática generalizada. Ainda que se possa admitir que uma caracterização realizada com base em dois indicadores proporcione uma visão incompleta da mesma, a relevância dos indicadores usados não pode deixar de sugerir um protagonismo juvenil pouco afirmativo na esfera social. Deste modo, a participação dos jovens portugueses tenderia a privilegiar a intervenção política à social.

As atitudes perante a democracia e a participação social e política

A questão que agora será analisada procura estabelecer a resultante de dois movimentos com direcções contrárias. Se as convicções democráticas podem constituir uma força — não custa admiti-lo — que impele para a participação, a insatisfação em relação ao funcionamento democrático actua no sentido inverso, acentuando o retraimento individual e desmotivando a acção colectiva. Admitindo que o efeito destas forças se oriente no sentido previsto, pode antever-se que a capacidade de mobilização e de acção seja mais elevada nos jovens democratas satisfeitos do que nos desafectos insatisfeitos. Mais difícil de antever é o impacto da combinação entre a insatisfação e as convicções democráticas nos níveis de participação. A insatisfação que certos sectores juvenis manifestam transformar-se-á em força crítica visando o melhoramento da sociedade e a regeneração das instituições democráticas ou, pelo contrário, tenderá a afastá-los do exercício da cidadania cívica e política? O protagonismo do grupo dos democratas insatisfeitos surge, assim, como uma das principais questões que importa esclarecer, não sendo possível admitir à partida a amplitude da conversão do descontentamento em atitude crítica. Quanto ao grupo dos desafectos satisfeitos, na ausência de convicções democráticas, não são de prever elevados níveis de participação, ainda que a satisfação que revelam os possa incentivar a agir em determinadas áreas, preferencialmente na esfera social.

A primeira observação sobre a relação entre as atitudes perante a democracia e a participação política social consiste em assinalar a associação significativa (medida através do *V* de *Cramer*) registada em todos os indicadores (Quadro nº 3). As conexões fortes e influências mútuas entre as atitudes favoráveis à democracia e o correspondente exercício cívico e político confirmam a relação genérica que se estabeleceu à partida, faltando agora descrever como os grupos «dissonantes», ou seja, que combinam uma atitude favorável com outra desfavorável, se comportam em relação aos outros.

Quadro nº 3

As atitudes perante a democracia e a participação social e política

	Democratas satisfeitos	Democratas insatisfeitos	Desafectos insatisfeitos	Desafectos satisfeitos	Total
Total	36,5	34,7	20,3	8,5	100
Votou eleições legislativas	69,2	67,0	44,3	46,9	61,6
Não votou	30,8	33,0	55,7	53,1	38,4
($V=0,215$; $p=0,000$) n=589, idade ≥ 21 anos					
Sim, quase de certeza	48,1	41,2	32,3	21,9	40,5
Sim, é provável	28,1	32,3	26,8	37,0	30,1
É pouco provável	8,6	16,0	15,2	12,3	12,8
Quase de certeza que não vou	15,1	10,5	25,6	28,8	16,6
($V=0,132$; $p=0,000$)					
Participação nula	31,0	26,5	43,7	36,7	32,5
Participação baixa	34,5	39,8	32,1	40,5	36,4
Participação moderada ou alta	34,5	33,6	24,2	22,8	31,1
($V=0,106$; $p=0,002$)					
Não voluntário	81,1	88,6	89,2	88,5	86,0
Voluntário	18,9	11,4	10,8	11,5	14,0
($V=0,106$; $p=0,016$)					
Sem participação associativa	67,7	75,6	78,9	73,1	67,7
Participação em 1 associação	21,1	17,6	15,3	17,9	21,1
Participação em 2 ou mais associações	11,1	6,8	5,8	9,0	11,1
($V=0,076$; $p=0,100$)					

Começando por descrever o impacto das atitudes sobre o primeiro indicador político, verifica-se que o exercício eleitoral é mais participado nos democratas satisfeitos (69,2%), seguidos de muito perto pelos democratas insatisfeitos (67%). O comportamento eleitoral dos dois grupos de jovens desafectos é semelhante entre si e bastante distanciado do dos jovens

democratas, caracterizando-se sobretudo por um elevado abstencionismo: maioritariamente não exercem o direito de voto. O contraste não poderia ser assim mais nítido: elevada participação do lado dos democratas e absentismo do lado dos jovens desafectos. Deste modo, pode depreender-se deste indicador que a participação eleitoral está associada às convicções democráticas e é relativamente pouco afectada pela maior ou menor satisfação que os jovens experimentam com o funcionamento da sociedade. Votar é antes de tudo um dever de quem partilha a ideia de cidadania. Se essa concepção não existe, há menos motivação para agir segundo as regras que dela derivam.

Esta tendência relativa à participação política formal pode ainda ser analisada com base no indicador da intenção de voto. Os resultados obtidos são menos drásticos, mas mesmo assim corroboram as observações feitas em relação ao exercício eleitoral nas eleições legislativas de 2002. Vista por este indicador, a participação basicamente aumenta em todos os grupos, especialmente nos jovens desafectos, fazendo baixar significativamente a abstenção. Idealmente, a maioria dos jovens acha que deveria ir votar, embora, como mostrou o indicador da prática eleitoral, uma parte deles acabe por abster-se. Em todo o caso, é importante observar que mesmo havendo uma descida em termos de intenção, a abstenção se mantém mesmo assim com volumes expressivos: 40% dos jovens desafectos dizem claramente que de certeza ou muito provavelmente não irão votar. Há, conseqüentemente, uma recusa explícita da participação por parte de muitos destes jovens. Do lado dos jovens democratas, a posição é completamente inversa, revelando a maioria uma intenção favorável. À luz do indicador de intenção do voto, são confirmadas as mesmas relações que se observaram a propósito da prática efectiva do voto, ou seja, de que há uma congruência entre as convicções democráticas e o comportamento eleitoral dos jovens que as perfilham.

O último dos três indicadores políticos diz respeito à participação não institucional que refere acções e actividades que não se inserem no âmbito do funcionamento do sistema político mas que decorrem dos direitos de cidadania. O indicador já foi suficientemente descrito pelo que se pode passar de imediato a descrever as conexões que estabelece com as atitudes perante a democracia. Começando por isolar o nível de participação nula, ou seja, os jovens que jamais se envolveram nas acções ou actividades inquiridas, verifica-

se que os valores mais elevados se observam, sem surpresa, no grupo dos desafectos insatisfeitos, atingindo quase um em cada dois destes jovens (43,7%). Em contrapartida, o valor mais baixo regista-se precisamente no grupo antípoda dos jovens democratas insatisfeitos (26.5%), ainda que o outro grupo democrata não surja muito longe (31%). Esta supremacia dos jovens democratas insatisfeitos poderá significar uma maior propensão deste grupo para o activismo político não convencional, indo ao encontro da ideia de que o descontentamento poderia corresponder a uma posição crítica e mais empenhada na procura de vias democráticas alternativas, mas antes de se poder concluir neste sentido importa analisar a intensidade que colocam nesse activismo. Mas o que fica desde já estabelecido é o maior protagonismo dos jovens democratas no âmbito político não institucional. Os democratas revelam sempre uma maior propensão para se envolverem e intervirem na esfera política independentemente da natureza institucional ou não institucional da acção em causa. Acrescente-se ainda que a diferença entre os jovens desafectos satisfeitos e insatisfeitos é significativa e vai no sentido de mostrar que a satisfação com o funcionamento democrático predispõe mais facilmente à participação.

Quanto à intensidade da participação, que se desdobra num nível baixo e noutra moderado e alto, suscita essencialmente duas observações. A primeira refere-se aos grupos mais passivos e a segunda aos mais activos. A diferença entre os jovens desafectos satisfeitos e os insatisfeitos radica sobretudo no nível baixo de participação, já que no nível moderado e alto se mostra pouco significativa. Neste sentido, pode afirmar-se que os satisfeitos são mais activos, mas que o seu envolvimento na acção é pouco intenso, confirmando-se, em todo o caso, a ideia de que a satisfação favorece a participação mesmo na ausência de convicções democráticas.

Em relação à diferença entre os democratas satisfeitos e não insatisfeitos verifica-se que o maior protagonismo destes últimos se centra no nível mais baixo de participação, sendo ligeiramente favorável aos primeiros no nível moderado e alto. Por conseguinte, a diferença em termos de protagonismo é pouco significativa, não permitindo justificar uma propensão específica dos jovens democratas insatisfeitos por acções de natureza não institucional. Ainda que se possa supor que afecte uma parte deles, a

insatisfação não se converte de forma generalizada em atitude crítica e em posições alternativas de acção. Os dados relativos a este tipo de participação vão assim ao encontro dos indicadores políticos convencionais no sentido em que assinalam a influência das convicções democráticas na participação política, quer seja ou não de âmbito institucional, e o papel praticamente inoperante do descontentamento. Deste modo, o exercício da cidadania política parece supor a adesão prévia a valores e concepções democráticos.

Esclarecida a relação entre as atitudes face à democracia e a participação política, especialmente a questão da presumível posição crítica dos jovens insatisfeitos, interessa agora ver em que medida a insatisfação pode afectar a participação no campo social. A atitude de alheamento em relação à cidadania e participação políticas dos jovens desafectos propagar-se-á também ao campo social? Ou será de admitir, como se sugeriu, que uma atitude positiva face ao funcionamento da sociedade poderá predispor a um envolvimento mais favorável, em particular no campo associativo e no voluntariado? À semelhança do que se fez com os indicadores políticos, a primeira observação incide sobre o grau de associação entre as atitudes e a participação social. Os valores obtidos pelo teste estatístico a que se recorreu, mostram que, no caso do associativismo, a relação não é significativa e, no do voluntariado, ainda que a relação revele uma associação, o nível de significância é pouco elevado.

Em todo o caso, verificamos que os jovens que mais se envolvem em actividades de voluntariado são os democratas satisfeitos. A propensão que revelam é quase duas vezes superior à dos outros jovens, que não apresentam entre si níveis de envolvimento diferenciados. Por conseguinte, a associação que se detectou refere-se única e exclusivamente à dissensão do grupo mais activo. Quanto à acção associativa, a vantagem também pertence aos jovens democratas satisfeitos. Estão mais presentes no fenómeno associativo e acumulam mais frequentemente múltiplas pertenças. No entanto, essa vantagem que apresentam em relação aos outros jovens, que entre si registam algumas diferenças, não é de todo muito significativa. Os menos participativos são os jovens desafectos insatisfeitos, apresentando-se os jovens desafectos satisfeitos numa posição um pouco mais à frente da dos jovens democratas insatisfeitos, sobretudo no que se refere às múltiplas pertenças associativas.

Mas, como todas estas diferenças têm pouco ou nenhum significado estatístico, a conclusão que se retira destes dados aponta no sentido de a participação associativa não ser afectada, ou pelo menos em termos significativos, nem pelas convicções nem pela satisfação com a democracia. A razão de ser desta ausência de associação talvez se deva ao facto de o associativismo, contrariamente ao voluntariado, não assumir necessariamente um sentido de intervenção cívica. Muitas associações pressupõem apenas a existência de um utente ou de um consumidor de serviços ou de actividades, e não promovem qualquer acção que se inscreva no âmbito do exercício de cidadania ou em prol da comunidade. É por isso que a pertença associativa aparece tão desligada das atitudes. No caso do voluntariado esta relação está presente, mas o facto de surgir apenas associada, e ainda assim de forma pouco pronunciada, aos jovens democratas satisfeitos, sugere que, apesar de exercerem uma influência positiva, as convicções democráticas não constituem o único, e muito possivelmente, nem o mais importante factor de motivação.

Conclusão

A análise realizada sobre as atitudes face à democracia e a participação política e social dos jovens permite destacar duas conclusões importantes. A primeira, sublinha a coexistência entre a existência de convicções democráticas bastantes generalizadas na população e um sentimento maioritário de descontentamento relativamente ao modo como a democracia funciona na sociedade portuguesa. Como se notou, a este descontentamento estará provavelmente associado não apenas a incapacidade da sociedade, que se acentuou com a desaceleração económica dos últimos anos, em sustentar e satisfazer as expectativas sociais e económicas dos sectores juvenis, mas também uma certa degradação das instituições democráticas que têm revelado alguma dificuldade em darem de si mesmas uma imagem mais transparente e credível. Apesar do descontentamento ser significativo, não se assinala qualquer ameaça à sustentabilidade política da democracia. O facto de as crenças ou as orientações antidemocráticas terem fraca expressão e visibilidade, permite sustentar que o apoio à democracia é em grande medida

independente do maior ou menor grau de descontentamento que os jovens experimentam em relação ao seu funcionamento.

Sem se ter entrado na discussão do declínio da participação política e social que alguns defendem, a análise realizada permitiu chegar a uma segunda conclusão que salienta o facto de o descontentamento não provocar necessariamente a redução ou a dissipação da presença juvenil na esfera pública. O descontentamento só induz apatia e indiferença políticas quando se faz acompanhar por uma ausência de convicções democráticas. A consciência dos deveres cívicos e do exercício dos direitos que decorrem da cidadania democrática explica que os jovens que a manifestam se mostrem politicamente mais participativos, mesmo quando expressam descontentamento em relação ao funcionamento da democracia. No entanto, não se encontrou evidência empírica que possa sustentar a ideia de que o descontentamento democrático alimente uma atitude crítica que predisporia um número crescente de jovens a intervirem no sentido de mudarem e melhorarem os canais e os mecanismos de participação da democracia representativa. A participação aparece assim como apanágio dos jovens que surgem mais identificados com as instituições democráticas, sendo esta a razão que pode também explicar a prevalência da acção política convencional, designadamente a eleitoral, sobre as formas alternativas de envolvimento político.

Referências bibliográficas

Almond, G. e S. Verba (1963), *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton, Princeton University Press.

Cabral, M. V. (1995), «Grupos de simpatia partidária em Portugal: perfil sociográfico e atitude sociais», in *Análise Social*, nº 130, pp. 175-205.

Cabral, M. V. (1995), «Confiança, mobilização e representação política em Portugal», in A. Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (eds.), *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Dalton, R., M. Wattenberg e I. McAllister (2003), «Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas», in *Análise Social*, 38, pp. 295-320.

Easton, R. J. (1965), *A System Analysis of Political Life*, Nova Iorque, Wiley.

Freire, A. e Pedro Magalhães (2002), *A abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Freire, A., Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (Eds.) (2004), *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

Fuchs, D. (1993), «Trends in political support in the Federal Republic of Germany», in D. Berg-Schlosser e R. Rytlewski (eds.), *Political Culture in Germany*, Londres, Macmillan.

Gaiser, Wolfgang et. al. (2003), «Youth and Democracy in Germany», in *Journal of Youth Studies*, Vol. 6, Nº 3, pp. 295-316.

Gray, M. e M. Caul (2000), «Declining voter turnout in advanced industrial democracies», in *Comparative Political Studies*, 33, pp.1091-1122.

Huckfeldt, Robert e John Sprague (1995), *Citizens, Politics and Social Communication: Information and Influence in an Election Campaign*, Nova Iorque, Cambridge University Press.

Klingemann. H-D. (1999), «Mapping political support in the 1990s: a global analysis», in P. Norris (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*, Oxford, Oxford University Press.

Lane, J.-E. e S. Erson (1999), *Politics and Society in Western Europe*, Londres, Sage Publications.

Magalhães, Pedro (2002), «Democratas, descontentes e desafectos», in A. Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (eds.) (2004), *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

Montero J., R. Gunther e M. Torcal (1998), «Actitudes hacia la democracia en España: legitimidad, descontento y desafección», in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 83, pp. 9-40.

Norris, Pipa (ed.), (1999), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*, Oxford, Oxford University Press.

Pharr, Susan e Robert D. Putman (eds.) (1999), *Disaffected Democracies*, Princeton, NJ, Princeton University Press.

Putnam, Robert D. (2000), *Democracies in Flux*, Oxford, Oxford University Press.

Verba, Sidney, Lehman Schlozman e Henry E. Brady (1995), *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*, Cambridge, MA, Harvard University Press.

Wilson, John (2000), «Volunteering», in *Annual Review of Sociology*, 26, pp. 215-240.